

ENTRE PESQUISAR E MILITAR: ENGAJAMENTO POLÍTICO E CONSTRUÇÃO DA TEORIA FEMINISTA NO BRASIL

BETWEEN RESEARCH AND ACTIVISM: POLITICAL ENGAGEMENT AND THE CONSTRUCTION OF FEMINIST THEORY IN BRAZIL

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender os efeitos da pesquisa acadêmica feminista na construção de políticas públicas, globais e locais, no Brasil contemporâneo. Parte de pesquisas realizadas por nossa equipe para refletir sobre a atuação do/da pesquisador/a na produção de conhecimento e na prática política, entendendo que é seu papel contribuir com as populações que estudou, ao buscar oferecer novas ferramentas e possibilidades que visem a melhorar a qualidade de vida de sujeitos/as subalternizados/as e também a justiça social. Refletimos aqui - a partir de nossas trajetórias nos movimentos sociais de pessoas com deficiência, LGBTTT e feministas - sobre nossa “intervenção situada” nas políticas públicas brasileiras para mulheres e LGBTTT. Temos como pano de fundo a perspectiva ética da Antropologia de “devolver” os resultados de nossas pesquisas aos grupos estudados, integrando dessa forma o paradigma da dádiva (Mauss, 2003) no campo da prática antropológica.

Palavras-chave: Movimentos Feministas. LGBTTT. Pessoas com Deficiência. Militância. Pesquisas Feministas e Queer. Políticas Públicas no Brasil.

Abstract

This article aims to understand the effects of academic feminist research in the construction of policy, both global and local, in contemporary Brazil. The work arises from research developed by our team to reflect on the actions of the researcher in the production of knowledge and in the political practice, understanding that their role is to contribute with the populations studied, in seeking to offer new possibilities and tools aimed at improving the quality of life of subordinated subjects and also social justice. We reflect here - from our own trajectories in the social movements of people with disabilities, LGBTTT and feminist - about our “situated intervention” in Brazilian policy for women and LGBTTT people. We have as background the ethical perspective of Anthropology that predicts the “return” of the results of our research to the groups studied, integrating in this sense the gift paradigm (Mauss, 2003) in the field of anthropological practice.

Keywords: Feminist Movement. LGBTTT. People with Disabilities. Activism. Queer and Feminist Research. Policy in Brazil

Anahi G. Mello

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFSC, Santa Catarina, Brasil.

E-mail: anahigm75@gmail.com.

Felipe B. M. Fernandes

Doutor em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, Santa Catarina, Brasil

E-mail: complex.lipe@gmail.com.

Miriam P. Grossi

Doutora em Antropologia Social e Cultural pela Université de Paris V, professora adjunta IV da UFSC, Santa Catarina, Brasil.

E-mail: miriamgrossi@gmail.com.

O campo da teoria feminista e dos estudos de gênero é, desde sua emergência, um campo híbrido de produção de conhecimento que produz práticas políticas e que é por sua vez informado e transformado por essas práticas. Isso faz com que a vontade de transformação social seja estruturante deste campo em que os/as sujeitos/as pesquisadores/as informam a sociedade, agindo sobre o mundo social que os/as cerca. Esta “ação” parte principalmente dos questionamentos que as pesquisas tecem sobre as estruturas que reproduzem representações arcaicas e conservadoras sobre o gênero, a sexualidade, a raça/etnia, a deficiência, a classe, dentre outros marcadores sociais da diferença.

Este artigo tem como objetivo compreender os efeitos da pesquisa acadêmica feminista na construção de políticas públicas, globais e locais, no Brasil contemporâneo. Parte de pesquisas realizadas por nossa equipe (MELLO, 2012; FERNANDES, 2011; GROSSI & FERNANDES, 2012) para refletir sobre as implicações do conhecimento produzido por pesquisadoras/es em contextos de embates políticos. Entendemos, a partir de uma visão ética da Antropologia, que considera que é papel da disciplina contribuir com as populações que estudou, ser fundamental restituir o conhecimento produzido na pesquisa de forma a contribuir na melhoria da qualidade de vida de sujeitos/as subalternizados/as no interior de nossa sociedade.

Questões Teóricas

A Teoria Feminista e o Modelo Social da Deficiência

A “consciência feminista” sobre o fenômeno da deficiência era até recentemente inexistente. No Brasil há uma total falta de preocupação, tanto dos movimentos feministas, no sentido de entender que a questão da deficiência é importante no movimento de mulheres, quanto do movimento de pessoas com

deficiência no entendimento de que a perspectiva de gênero cruza a história de vida de mulheres com essa condição (CF. FERRI & GREGG, 1998; Garland-Thomson, 2002). A aproximação teórica e definitiva adesão às pautas e pesquisas feministas da deficiência se deu com a leitura, em 2004, do texto intitulado “Modelo Social da Deficiência: a crítica feminista” (DINIZ, 2003). Há dois “modelos clássicos” da deficiência, o modelo médico e o modelo social, posto que Pfeiffer (2002) distingue 10 modelos ou paradigmas da deficiência. Em linhas gerais, no modelo médico o foco se centraliza na deficiência da pessoa, objetivando-se a cura ou medicalização do corpo deficiente. No modelo social, a deficiência é vista como o resultado da interação entre um corpo com impedimentos de natureza física, intelectual, mental ou sensorial e um ambiente incapaz de acolher as demandas arquitetônicas, informacionais, programáticas, comunicacionais e atitudinais que garantiriam condições igualitárias de inserção e participação social às pessoas com deficiência (Cf. MELLO & NUERNBERG, 2012: 636). A perspectiva feminista da deficiência pauta-se nas mesmas bases teórico-epistemológicas dos estudos de gênero e feminismo, ou seja, a exemplo da dicotomia sexo(natureza)/gênero(cultura) presente nos estudos de gênero, o modelo social da deficiência fez o mesmo, ao separar lesão de deficiência, resultando na dicotomia lesão (natureza)/deficiência (cultura). Como define Debora Diniz: “lesão, para o modelo social da deficiência, é o equivalente, nos estudos de gênero, a sexo. E assim como o papel de gênero que cabe a cada sexo é resultado da socialização, a significação da lesão como deficiência é um processo estritamente social” (2003: 02). Essa constatação implica, portanto, na relevância da reflexão da deficiência como uma categoria analítica fundamental para os estudos feministas e de gênero.

Ao questionar as razões da exclusão da dimensão da deficiência por parte do feminismo, María López González (2007) aponta ao menos três temas em que a questão da deficiência, em particular das mulheres

com deficiência, põe-se em confronto com a epistemologia feminista, explicando a ausência de estudos sobre as mulheres com deficiência nas análises teóricas, ações e pautas feministas: a imagem social da deficiência em contraste com o modelo de mulher na perspectiva feminista, o desacordo em torno de questões sobre a liberdade reprodutiva e prevenção, e a atenção na comunidade. Prossegue a autora afirmando que apesar dessas divergências, em muitos sentidos os estudos caminham “em orientações confluentes por parte das duas correntes de análise teórica e ativismo político implicadas: feminismo e movimento da deficiência” (*idem, ibidem*: 142). É justamente o fato de existirem pessoas que participam como acadêmicas e ativistas em ambas as correntes e movimentos e, portanto, vêem-se implicadas pessoalmente ora como mulheres ora como pessoas com deficiência nesses debates, o que impulsiona o desenvolvimento de novos enfoques de investigação e novas interpretações sobre a complexa e multifacetada realidade das mulheres com deficiência.

Teoria Social Contemporânea: agência, subjetividade e ética

Uma das características epistemológicas da teoria feminista no Brasil é o de ter se constituído, desde sua emergência, como um campo híbrido de produção de conhecimento que informa e forma práticas políticas (PONTES, 1993; GROSSI, 1998, 2004; PEDRO, 2005, 2008a, 2008b; BONETTI & FLEISCHER, 2007a, 2007b; WOLFF, 2008; BARSTED, 2008). Como mostram essas autoras, há muitos momentos nas pesquisas feministas em que os/as sujeitos/as pesquisadores/as, além de investigarem grupos diferenciados de sujeitos/as, informam também a sociedade na qual vivem, agindo sobre o mundo social que os/as cerca. Esta capacidade de *agência* (ORTNER, 2007) da pesquisa feminista parte principalmente dos questionamentos que se tecem nesse campo sobre as estruturas que reproduzem representações arcaicas

e conservadoras sobre o gênero, a sexualidade, a raça/etnia, a deficiência, dentre outros marcadores sociais da diferença (GROSSI, 1998; GROSSI & MIGUEL, 2001; FERNANDES, 2009; MELLO & NUERNBERG, 2012).

Nesse sentido, a *reflexividade* (CLIFFORD & MARCUS, 1986; GEERTZ, 1989; GIDDENS, 1991) é uma marca registrada da teoria e pesquisa antropológica contemporânea, por estar associada ao que George Marcus definiu como movimento de “autocrítica e à busca pessoal, jogando com o subjetivo, o experimental e a ideia de empatia” (MARCUS, 1994: 19). Em relação à teoria feminista, alinhamo-nos com a perspectiva “localizada e parcial” de produção de conhecimento proposta por Donna Haraway (1995), segundo a qual somente o posicionamento crítico é capaz de produzir objetividade na pesquisa. Concordamos com essa autora quando diz que racionalidade e objetividade são temas sensíveis ao poder, e que “o feminismo tem a ver com uma visão crítica, consequente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero. A tradução é sempre interpretativa, crítica e parcial” (1995: 31-32).

Reconhecer a importância da *subjetividade* no processo de conhecimento foi outra característica marcante na construção das teorias sociais contemporâneas, no interior das quais a teoria feminista ocupa um lugar privilegiado como sugere Jane Flax (1991). Da mesma forma como também nas etnografias produzidas no campo da Antropologia, o reconhecimento do lugar da subjetividade ganhou destaque na construção do campo teórico na Antropologia contemporânea, como afirma Miriam Grossi: “pensar a relação entre o antropólogo e seus informantes em campo como central na construção de etnografias, conceitos e teorias na Antropologia” (GROSSI, 1992: 07). Este tópico se desdobra em questões como os sentimentos de sofrimento em campo, definido por Roberto DaMatta (1978) como “anthropological blues”, ou sobre a importância de

se *estranhar o familiar e tornar o familiar exótico* em contextos urbanos de camadas médias estudados por Gilberto Velho (1978), ou ainda sobre *a busca do outro em si mesmo* estudada por Miriam Pillar Grossi (1992), que têm sido recorrentemente apontadas como centrais na prática etnográfica contemporânea.

Ainda no campo da relação sujeito-objeto em pesquisas antropológicas, questões a respeito das implicações éticas que se colocam junto às populações estudadas foram também alvo de inúmeros debates e reflexões teóricas (COELHO DOS SANTOS, 1998; LARAIA, 1998; MENEZES BASTOS, 1998; VICTORA *et al.*, 2004; FONSECA, 2010). Em grandes linhas esses/as autores/as defendem que se preserve os interesses, direitos e demandas dos grupos estudados, sempre de acordo com os seus padrões culturais. Este artigo se pauta por uma reflexão muito presente nas pesquisas desenvolvidas pela equipe do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) sobre o compromisso ético da Antropologia de devolução do conhecimento aos/às interlocutores/as da pesquisa (ABA, 2012; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010), problematizando dessa forma o paradigma da dádiva no campo da pesquisa antropológica (MAUSS, 2003). Nossa análise tem como foco o ponto de vista dos/das pesquisadores/as sobre a “devolução dos dados” e seu “papel político” na sociedade brasileira.

Nosso objetivo aqui é refletir sobre “os limites e as possibilidades de pesquisar aquilo em que se está profissional, emocional e existencialmente implicado” (SILVA, 2007: 99). Isso se dá, sobretudo, quando se está envolvido/a, como pesquisador/a, em um contexto que envolve a sua participação em redes, movimentos e organizações sociais relacionadas aos direitos de grupos subalternizados em nossa sociedade como as pessoas com deficiência e LGBTTT.

Apresentamos a seguir algumas “situações reflexivas”, baseadas em pesquisas individuais e coletivas, nas quais refletimos sobre as relações do ato de pesquisar com o de militar e seus desdobramentos teóricos, metodológicos e éticos na construção das

teorias feminista e queer no Brasil contemporâneo. Os exemplos que trazemos aqui se pautam em nossas pesquisas nos campos teórico-militantes das lutas políticas feministas ligadas aos estudos sobre deficiência e aos estudos queer e movimento LGBTTT no campo das políticas para mulheres, pessoas com deficiência e LGBTTT.

Trajetórias

Tomamos como foco de análise as experiências da primeira autora como pesquisadora no campo dos estudos feministas e de gênero e sua inserção em campo e como militante, como parte de sua pesquisa de mestrado em Antropologia Social e a do segundo autor como ativista LGBTTT e pesquisador sobre políticas públicas contra a homofobia, em diálogo com a terceira autora em sua orientação acadêmica e reflexão teórica produzida no campo das militâncias e teorias queer e feminista desde os anos 1980.

Entendemos, como apontou Peter Fry, que “uma coisa que sempre acontece quando se olha para trás na sua vida [é que] há uma tendência de procurar coerência onde não há”¹ e por isso sabemos que os elementos das trajetórias, apontados a seguir, são apenas *linhas de fuga* (DELEUZE & GUATTARI, 2004) em busca de coerência no entendimento de nossa produção de *conhecimento situado* (HARAWAY, 1995).

Dos movimentos de pessoas com deficiência à articulação com o movimento LGBTTT

Transitando por várias militâncias em distintos momentos de sua trajetória, Anahi Mello passa da “militância surda”, iniciada em 1992, pela “militância da deficiência” em geral, a partir de 1998 já como estudante de Química da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e posteriormente como estudante de Ciências Sociais da mesma universidade, e por fim se

1 Citação de depoimento biográfico na “Conversa com o autor: Peter Fry”, realizada durante a 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, em São Paulo, julho de 2012.

identifica como ativista LGBTTT.

Participou da fundação, em 2004, do Centro de Vida Independente de Florianópolis (CVI-Floripa), o primeiro no Estado de Santa Catarina, tendo sido sua primeira presidenta em duas gestões consecutivas (2004-2006; 2006-2008), tornando-se a primeira pessoa surda a integrar oficialmente o Movimento de Vida Independente no Brasil (MVI)². Outra importante experiência foi a de ter participado na elaboração e aprovação do Decreto 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, conhecidas como “as leis da acessibilidade”.

A pesquisadora, em sua trajetória acadêmica sempre esteve sob forte influência de um “capital militante” ou, nos termos de Pierre Bourdieu (2001), um *capital social*³, marcado por uma grande inserção, desde a juventude, nos movimentos sociais pelos direitos das pessoas com deficiência, tendo participado na condição de delegada ou ativista de importantes eventos nacionais⁴ e internacionais⁵, visando, sobre-

2 O MVI é constituído por mais de 600 Centros de Vida Independente (CVIs) espalhados em diversos lugares do mundo, inclusive no Brasil (com cerca de 20 CVIs), majoritariamente e historicamente constituído por pessoas com deficiência física, quase todas elas cadeirantes. A importância do MVI se justifica pela conexão histórica de seu nascimento com os Estudos sobre Deficiência quando alguns de seus ativistas migraram para a academia, vindo a fundar e a consolidar esse campo específico de estudos.

3 Segundo Bourdieu, o que constitui o capital social são as redes de relações sociais, que permitem aos indivíduos terem acesso aos recursos dos demais membros de seu grupo, rede ou movimento social.

4 Dentre eles a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, em Brasília, dezembro de 2008; o I Seminário Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos e Pessoas com Deficiência, em Brasília, março de 2009; a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, novamente em Brasília, dezembro de 2011; o I Encontro Nacional de Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência - Narrativas (Quase) Esquecidas: a luta das mulheres com deficiência no Brasil, em São Paulo, abril de 2012, este como uma das organizadoras do evento; e a III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em Brasília, dezembro de 2012.

5 Dentre os quais o III Congresso Internacional sobre Desenho Universal – Projetando para o Século XXI, no Rio de Janeiro, 2004, a convite da ONU e da ONG norte-americana Adaptive Environments; o V Congresso Ibero-Americano de Informática Educativa Especial, em Montevideo, Uruguai, 2005; o *Seminário Internacional Bioética, Deficiência e Direitos Humanos*, em São Paulo, 2006; o *Inter-American Development Bank: Training*

tudo, à capacitação e engajamento na construção de políticas públicas para pessoas com deficiência, em especial aquelas pautadas nas questões de acessibilidade, gênero e sexualidades⁶. Fruto dessa posição no interior do campo dos estudos sobre deficiência, passou a informar teoricamente esse campo de estudos com resultados de pesquisa publicada em Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais da UFSC (MELLO, 2009) e em palestras e artigos.

Como mulher com deficiência, Anahi se viu teórica, emocional e existencialmente implicada nos debates envolvendo os estudos feministas e de gênero e os estudos sobre deficiência e passou a desenvolver sua pesquisa de mestrado em dois espaços acadêmicos que articulam, de forma diferente, porém complementar, as questões de gênero, violência e deficiência⁷. Como parte de sua pesquisa de mestrado e como pesquisadora de projeto coletivo do NIGS, dirigido por Miriam Pillar Grossi e Felipe Bruno Martins Fernandes, Anahi participou da III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres como pesquisadora e da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT como delegada representante do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD-LGBT).

to Empower Youths with Disabilities from Latin America and Caribbean Countries, em Bangkok, Tailândia, 2005; o *4th International Women's Institute on Leadership and Disability*, em Eugene, EUA, 2008, onde tomou conhecimento de perspectivas globais da deficiência na atualidade, inclusive em *Disability Feminism*; e a *XXV The International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association World Conference*, em São Paulo, dezembro de 2010. Destacamos ainda que a participação nesses três últimos eventos foi precedida de um rigoroso processo seletivo entre candidatas/os de vários países do mundo.

6 Ver, por exemplo, a produção textual de sua autoria em Mello (2008: 77-79), a participação e entrevista em Resende & Resende (2010: 137-145) e a simples referência ou menção ao nome, alusiva à sua colaboração ou participação em Brasil (2010: 429; 2011: 06) e em Mapurunga et. al.(2012:16).

7 Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), do Departamento de Antropologia e pioneiro em pesquisas sobre gênero e violências (Grossi et al., 2006), e o Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED), este último vinculado ao Departamento de Psicologia, ambos na UFSC.

Da militância pela livre orientação sexual à teoria feminista

Felipe Fernandes iniciou sua trajetória no campo dos estudos lésbicos e gays, durante a juventude, nos movimentos sociais como um dos membros fundadores em 2001 do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (CELLOS), com sede em Belo Horizonte, hoje uma das mais representativas organizações LGBTTT do Estado de Minas Gerais. Como Anahi, sua participação no movimento em Minas Gerais foi anterior à sua formação teórica no campo dos estudos feministas e dos estudos lésbicos e gays. No entanto, foi a experiência militante na organização de edições da Parada do Orgulho LGBT na capital mineira e a representação LGBTTT na IX Conferência Nacional de Direitos Humanos (2004)⁸, bem como a participação no projeto “Diálogos Estratégicos” em que a Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RFS) buscou dialogar suas agendas e pautas com outros movimentos sociais, que iniciou seu contato com o campo dos estudos feministas brasileiros.

Foi a partir dessas primeiras experiências militantes que, em 2004, aprovado no mestrado em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), decidiu debruçar-se teoricamente sobre “a constituição da identidade ativista homossexual” (FERNANDES, 2007). Tratou-se, nesta primeira pesquisa acadêmica, de se refletir sobre a experiência militante anterior no movimento LGBTTT como uma experiência geracional e politicamente situada no processo político brasileiro dos primeiros anos do governo Lula. Foi também nesse período que participou, já informado por teorias feministas e estudos lésbicos e gays, da aprovação da primeira lei que instituiu o Dia de Combate à Homofobia em um calendário oficial no Brasil, no município de Rio Gran-

de/RS, em 2006, pauta originária do Comitê IDAHO⁹ na França, que se tornou objeto de pesquisa de doutorado. Durante a realização da pesquisa doutoral, o Brasil encontrava-se em um momento de efervescência e consolidação de agendas anti-homofobia pelos governos federal, estaduais e municipais. Era o início do segundo governo Lula cujas ações de combate à homofobia marcaram as duas gestões. A pesquisa se inicia em 2007 logo após a conclusão do projeto piloto do curso de formação semi-presencial “Gênero e Diversidade na Escola” que se tornou o modelo de formação de professores em gênero, raça e sexualidade do Ministério da Educação.

Defendida em 2011, a tese de doutorado de Felipe, “A Agenda Anti-Homofobia na Educação Brasileira (2003-2010)”, buscou compreender como o “combate à homofobia” se tornou um tema central de políticas públicas durante o governo Lula no Brasil, ancorando-se numa perspectiva interdisciplinar de base feminista (FERNANDES, 2011). Durante o trabalho de campo, cujo lócus privilegiado de análise foi o Ministério da Educação, foram tabulados documentos (notícias, editais, livros, etc.) do campo de produção de políticas públicas de combate à homofobia, bem como foram observados eventos dessa agenda política durante a segunda gestão do governo Lula. Os desdobramentos da pesquisa concluíram que a homofobia, como categoria teórica e política, atravessou um longo período histórico em sua definição, até alcançar hegemonia nas políticas públicas que beneficiam as populações LGBTTT no Brasil.

No que tange à perspectiva interdisciplinar de base feminista a pesquisa doutoral entendeu o campo de lutas políticas LGBTTT como desdobramentos das reflexões sobre gênero dos feminismos de segunda onda (PEDRO, 2008b; FERNANDES, 2009). Nesta lógica dos desdobramentos foi possível comprovar a priorização de uma “agenda negativa” de combate às violências em detrimento de uma “agenda positiva”

8 Primeira conferência da política social do governo Lula, tema que viria a ser o objeto de sua tese de doutorado realizada no PPGICH/UFSC e defendida em 2011.

9 Sigla para *International Day Against Homophobia and Transphobia*.

de promoção de direitos sociais (CF. UZIEL, 2006). No que tange às agendas feministas e de políticas para as mulheres, podemos compreender o Brasil contemporâneo como tendo deslocado as formas discursivas com as quais representa os temas da violência doméstica (BLAY, 2003). Nos anos 1980 com as políticas contra a violência contra as mulheres o tema da violência passou a informar a estratégia central das agendas militantes e governamentais dos feminismos (BANDEIRA, 2009). O tema da violência alcança prioridade máxima no “*II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*” (II-PNPM) na gestão da ministra Nilcéa Freire na Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do governo federal (BANDEIRA, 2005). Nesse sentido, as agendas feministas de combate às violências podem ser consideradas condição de possibilidade da construção da categoria “homofobia” no Brasil como categoria hegemônica de políticas públicas voltadas às populações LGBTTT.

Pesquisando e Militando

Extensão universitária e ações contra a homofobia em Florianópolis

As datas comemorativas relacionadas às agendas anti-homofobia e de promoção da cidadania LGBTTT foram estratégias do movimento durante toda a década de 2000, com a instituição do dia 29 de janeiro - Dia da Visibilidade Trans (LINO *et al.*, 2011), 29 de agosto - Dia da Visibilidade Lésbica (SELEM, 2007), dentre outras.

Em março de 2007, ao ingressar no doutorado, juntamente com pesquisadoras e pesquisadores do NIGS, Felipe passou a organizar atividades que vieram a definir seu projeto de doutorado. A primeira foi a “Tribuna Livre com Luana Cottroffi” que contou com a participação da então vereadora Ângela Albino (PCdoB/SC), que imediatamente, em junho de 2007, aprovou a Lei Municipal e no ano seguinte, já como deputada estadual de Santa Catarina, a Lei Estadual que instituiu o 17 de maio nos calendários oficiais de

Florianópolis e Santa Catarina. A segunda foi a vigília em frente à catedral da Praça XV em que lembramos as vítimas letais da homofobia¹⁰, inspirando-nos em manifestações similares feitas desde a década de 1980 pelo movimento feminista em protesto contra os assassinatos de mulheres. A terceira foi a realização, no quadro da rede de pesquisa *Parceria Civil e Homoparentalidade*, em setembro de 2007 na UFSC, do “Seminário Homofobia e Identidades LGBTTT”, na qual iniciou-se uma articulação entre pesquisadoras/as do campo de estudos de gênero e sexualidades com militantes de movimentos e gestores de políticas públicas nacionais. Todas estas ações, realizadas pela equipe do NIGS, resultaram na criação, em 2008, do Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas Escolas, hoje uma política pública do município de Florianópolis e em sua quinta edição em 2013.

A experiência militante anterior de Felipe no campo das questões LGBTTT trouxe à equipe acadêmica uma nova forma de posicionamento político e articulação mais efetiva das pesquisas realizadas pela equipe com as demandas sociais no campo das questões de gênero e sexualidade.

Da mesma forma, o ingresso de Anahi no grupo nos exigiu uma nova postura frente às questões da deficiência, que até então eram percebidas pela equipe apenas no campo teórico. Questões “simples” para nós, como a forma de falar ocultada por microfone ou com a mão na boca, se tornaram um problema pela equipe. Sua presença nos exigiu a incorporação efetiva do marcador social da deficiência no campo conceitual de nossa pesquisa.

A articulação dos dois pesquisadores com os movimentos LGBTTT e de pessoas com deficiência, assim como com ONGs e instituições públicas, estimulou o NIGS a ampliar seus projetos coletivos com mais ênfase no campo da educação. Dando continuidade a projetos anteriores de formação de movimen-

10 Excerto disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=LvGXm8JDkR4>.

tos sociais e gestores públicos no campo dos estudos feministas e de gênero, iniciamos em 2007, paralelamente dois projetos: um de pesquisa e um de extensão. O projeto de pesquisa resultou da integração de dois editais: um do Programa Nacional DST/AIDS do Ministério da Saúde e visou compreender como as temáticas da iniciação sexual e da homossexualidade eram vivenciadas e percebidas em escolas públicas e outro sobre como a disciplina de ensino religioso abordava as mesmas temáticas. Ambas as pesquisas, realizadas de forma articulada, foram feitas em 5 regiões do Estado de Santa Catarina. O projeto de extensão, denominado Oficinas Papo Sério, teve como foco a sensibilização de estudantes do ensino médio e fundamental para questões de gênero, violências e sexualidade e, por questões logísticas, ficou centrado em escolas da Grande Florianópolis.

No segundo semestre de 2011 o NIGS participou ativamente da organização da I Conferência Municipal LGBT de Florianópolis, realizada na câmara de vereadores da capital catarinense. Sob a responsabilidade legal da Coordenadoria Municipal da Mulher, a conferência envolveu uma série de etapas e múltiplas tarefas. Ao NIGS coube a escrita do texto-base da conferência, que se converteu, após a realização da mesma, no I Plano Municipal de Políticas e Direitos Humanos de Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (Decreto nº 9998, de 21/05/2012). O texto-base, dividido em eixos temáticos, foi distribuído entre os integrantes do NIGS que contribuíram com textos quando possível e de acordo com seus interesses principais de pesquisa relacionados às suas investigações individuais. Os integrantes do NIGS que participaram dessa escrita sob a coordenação da terceira autora deste trabalho foram Anna Amorim, Anahi Mello (que dentre suas contribuições escreveu um eixo sobre deficiência), Bruno Cordeiro, Cláudia Nichnig, Fátima Weiss de Jesus, Felipe Fernandes, Giovanna Triñanes, Letícia Barreto e Vinicius Kauê. Nesse sentido, a construção de uma política pública mobilizou no NIGS não apenas aque-

les integrantes que se identificavam mais fortemente com o ativismo político, mas também pesquisadoras/es formadas/os em Antropologia que prontamente se comprometeram na construção de uma política pública inédita no município.

Pesquisando as conferências de políticas para mulheres: neutralidade e engajamento

Uma segunda experiência de pesquisa coletiva, realizada pelo NIGS no segundo semestre de 2011, foi o projeto de monitoramento das políticas públicas para mulheres, através do acompanhamento das conferências estaduais e nacional de políticas para mulheres, *situação etnográfica*¹¹ que envolveu uma equipe de 40 pesquisadores/as e que levou 24 estudantes de graduação, mestrado e doutorado para realizar observação participante na 3ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, em Brasília, dezembro de 2011. Relatamos a seguir duas situações vividas por nossa equipe nas quais os conceitos de *neutralidade* e de *distanciamento* se mostraram difíceis de serem seguidos. A primeira, ligada ao embate final na plenária em torno da defesa pela descriminalização do aborto e vivida intensamente pela maioria da equipe de pesquisadoras/es envolvidas/os no projeto e a segunda, através do relato de Anahi, que era uma das pesquisadoras da equipe, sobre os desafios e contradições que viveu nesse espaço político, no qual era reconhecida como militante, ao ocupar a posição de pesquisadora.

Posicionando-se pela descriminalização do aborto

A Conferência Estadual de Políticas para Mulheres de Minas Gerais aconteceu entre os dias 17 e 19

11 Segundo Oliveira (2004: 16), “o campo precisa ser entendido enquanto uma verdadeira “situação etnográfica” [...], onde os atores interagem com finalidades múltiplas e complexas, compartilhando (ainda que com visões e intenções distintas) de um mesmo tempo histórico”.

de outubro de 2011, no SESC Venda Nova, em Belo Horizonte/MG. Foi a terceira conferência realizada no estado e teve como tema “Uma questão de direitos humanos”. Foi organizada pela CEPAM - Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDESE), chefiada por Eliana Piola. Teve a participação de 957 pessoas, incluindo-se delegadas, convidadas e observadoras. Foram delegadas governamentais 41 pessoas do governo estadual e 241 pessoas de governos municipais. Teve ainda a participação de 558 delegadas da sociedade civil. Ao total fizeram-se representar na conferência 241 municípios das 19 regiões administrativas da SEDESE. Fizeram-se presentes muitas instituições, divididas entre organizações de mulheres, organizações feministas (incluindo-se organizações específicas de mulheres negras, lésbicas, etc.), mulheres empreendedoras e trabalhadoras, sindicatos e centrais de trabalhadoras, conselhos municipais, etc. Essa conferência apresentou um grau elevado de discussão feminista com pautas clássicas do feminismo em disputa. Foram registrados também vários conflitos envolvendo delegadas “da capital” e delegadas “do interior”. Houve grande tensão entre a organização da conferência e as delegadas. A questão do aborto foi a principal tensão na plenária final, dividida entre as feministas pró-aborto e as delegadas contrárias à sua descriminalização, tendo sido aprovada a proposta pela descriminalização do aborto por 104 votos a favor e 100 contra.

Para além de várias pequenas situações de tensão ocorridas em todos os espaços da conferência, nos deteremos aqui na análise da descriminalização do aborto que tomou uma proporção tensa nos momentos finais do último dia da conferência nacional, durante a votação da plenária final, refletindo de forma interessante as forças políticas entre feministas e não feministas e as concepções de políticas para mulheres em disputa atualmente no Brasil. O debate, surgido na plenária final, apontou para uma série de questões relativas ao ideário feminista, influência religiosa na vida política, pragma-

tismo na aplicação de políticas públicas para mulheres e uma longa reflexão sobre o papel que a temática do aborto tem na sociedade brasileira que não nos limitaremos a discorrer em profundidade aqui. Mesmo que a temática só tenha aparecido de forma mais intensa nos GTs e na plenária final, ela esteve presente durante toda a conferência, desde a abertura quando no momento em que a presidenta Dilma disse que “Somos aquela parte da população com capacidade de gerar vida”, ouviu-se um grito na plateia pedindo para “legalizar o aborto já”. Para ilustrar o clima emocional e de luta política da plenária, colocamos alguns trechos dos diários da equipe de pesquisadoras/es que ilustram as posições contra o aborto:

No meio da discussão uma mulher que clamava por Vida pediu a palavra e discorreu sobre o erro daquela aprovação, tirou de seu bolso um pequeno feto de plástico e afirmou: É isso que vocês estão matando! (Diário pesquisador 3)

Vi duas mulheres chorando, falando que em nome de Jesus vão conseguir acabar com esse desvio do mundo, acabar e criminalizar o aborto. (Diário pesquisadora 4)

Uma mulher mais velha que está atrás de mim, da AMB fala que a questão de descriminalização do aborto era tema de dez anos atrás. Hoje esta proposta não serve mais. (Diário pesquisadora 5)

Escutamos uma conversa super representativa de duas mulheres negras, representantes quilombolas, sobre o aborto. Uma, favorável ao aborto disse para a delegada ao lado, contrária ao aborto: “eu sou a favor e tu?”. Depois disso ela pediu que a delegada contrária ficasse quieta em sua exposição contra a descriminalização do aborto, finalizando a discussão

com a seguinte frase: “fica quieta. Sabe por quê? Porque as [mulheres] que morrem [nos abortos clandestinos] são as negras como a gente”. Depois disso a delegada favorável levantou a blusa e mostrou uma profunda cicatriz no ventre, dizendo: “quase morri de infecção.”(Diário pesquisadora 6)

Em linhas gerais, é importante sublinhar que a disputa semântica entre a demanda por “descriminalização”/“legalização” do aborto se dá no interior do campo do feminismo e engaja apenas parte das mulheres delegadas presentes na conferência, muitas delas claramente contra qualquer mudança em relação à legislação do aborto, estas últimas articulando fortemente discursos religiosos em “defesa da vida”. Conforme observado, a defesa da descriminalização do aborto acabou se confundindo com as posições mais conservadoras que desejam inclusive a mudança dos dispositivos legais que autorizam o aborto em casos de risco de vida para a mãe e de estupro. Aparentemente a temática da descriminalização do aborto foi vista por parte significativa das relatoras como uma estratégia do grupo mais “pragmático”, para quem o “possível” nesse momento político esteve em contraposição a um grupo mais “idealista”, que “deseja o impossível”. Nesse embate escutou-se muitas acusações de manipulação das decisões dos GTs por parte das relatorias, acusação que apareceu ao longo da plenária final em relação a vários temas.

Posicionando-se na defesa dos direitos das mulheres com deficiência

As *situações etnográficas* deflagradas durante o trabalho de campo, seja explicitamente como pesquisadora, seja de forma mais implícita nas situações onde estava representando o movimento, nas conferências estaduais, governamental e nacional de políticas para as mulheres e nas conferências LGBT¹², implicaram

12 Minha participação nessas conferências esteve entrelaçada a

no enfrentamento de questões éticas referentes ao estranhamento e distanciamento crítico necessário para “produzir objetividade na pesquisa”.

Como havia sido eleita delegada pelo NIGS¹³, mas também estava integrando a equipe do projeto de pesquisa sobre as conferências para mulheres, enfrentei uma tensão sobre meu lugar em campo, advinda da mistura de papéis sociais nessas conferências.

Minha orientadora, Prof^a Miriam Grossi, ao convocar-me para integrar a equipe do NIGS que observaria a III Conferência Estadual de Políticas para Mulheres de Santa Catarina, em Florianópolis, havia me alertado sobre o fato de que eu não poderia ser delegada e pesquisadora ao mesmo tempo. Entre a liberdade de escolha para atuar como pesquisadora ou como delegada, ponderou-se que caso fosse eleita para a etapa nacional da conferência, não poderia participar da equipe de observadoras/es do NIGS, justamente pelas implicações éticas desse duplo papel. Resolvi que decidiria sobre isso assim que chegasse no hotel, onde se realizaria a conferência estadual de políticas para mulheres em Santa Catarina. Bolei uma estratégia de dupla identida-

dois papéis sociais distintos: o de pesquisadora e o de delegada/ativista. Como delegada, participei da III Conferência Municipal da Mulher de Florianópolis, da I Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros de Florianópolis, da II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos da População LGBT de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, e da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, em Brasília/DF.

13 Embora na III Conferência Municipal da Mulher de Florianópolis eu tenha representado o Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC), o NIGS é um dos vários núcleos de pesquisa sobre gênero da UFSC vinculados ao IEG. Como pesquisadora, integrei a equipe do NIGS no projeto de pesquisa “Um Estudo Interdisciplinar sobre o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II-PNPM) e a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (III-CNPM)”, projeto coordenado pela Prof^a Dr^a Miriam Pillar Grossi no qual observei as seguintes conferências: III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia, em Salvador/BA, II Conferência Governamental de Políticas para as Mulheres, em Brasília/DF, e III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, novamente em Brasília/DF. O objetivo desse estudo foi analisar o desenho institucional do II-PNPM, suas estratégias de gestão e implementação, bem como identificar o processo político da III-CNPM, com ênfase nos avanços e desafios da implementação do II-PNPM.

de, para ir à conferência preparada tanto como pesquisadora quanto como delegada:

Após tomar brevemente meu café da manhã, resolvi descer mais uma vez. Falei com uma pessoa da organização sobre a minha condição de pesquisadora do NIGS e delegada suplente pelo município de Florianópolis, avisando que estaria à disposição delas em caso de falta da titular. Ficou combinado que eu esperaria por essa definição até as 14h do dia, horário-limite para que as delegadas titulares eleitas em seus respectivos municípios se inscrevessem para concorrer à etapa nacional. Precisei esclarecer essa questão para evitar qualquer problema no decorrer da conferência sobre o meu “duplo lugar”, isto é, de pesquisadora e ativista/delegada suplente. Inclusive, seriedades ou brincadeiras à parte, já vinha à conferência preparada para qualquer surpresa ou “emergência” nesse sentido: como os/as demais colegas, eu estava portando a mesma camiseta roxa com a logomarca “NIGS 20 anos” em cor verde, que identificava nossa condição de pesquisadoras/es naquele espaço, ao mesmo tempo em que por baixo dela portava outra camiseta, pessoal, estilo regata, mais fina e de cor lilás, que identificaria meu papel ativista e só seria “acionada” caso eu precisasse tirar a primeira a qualquer momento. (Diário de Campo, 21/10/2011).

No fim, apesar de ter sido chamada para atuar como delegada, diante das oportunidades acadêmicas para observar também os movimentos de mulheres com deficiência de diferentes partes do Brasil, acabei abdicando de meu papel de delegada para atuar como pesquisadora. Ainda assim, particularmente nos espaços da conferência estadual de Santa Catarina, meu estado, e da conferência nacional, em vários momentos

fui reconhecida como militante por algumas das delegadas ali presentes, a partir da frase mais recorrente “Posso tirar uma foto com você?”. Outras expressões frequentes dirigidas a mim eram: “Você é famosa!”, “Você vai se candidatar delegada para a nacional?”. Fiquei mais surpresa com os pedidos de fotos, supondo já saberem quem eu era, apesar de nunca tê-las visto na vida. Depois soube que elas sabiam muito de mim, eu era conhecida em suas terras devido à minha participação, em 2005, em um documentário sobre o delicado tema da violência sexual infanto-juvenil intrafamiliar¹⁴. Ou seja, para além de pesquisadora e ativista, tratava-se de uma mulher com deficiência que no passado denunciou situações de violências vividas durante a sua trajetória de vida¹⁵. A outra explicação para o imediato reconhecimento da condição militante deve-se à presença, nessas conferências, de delegadas que são parte integrante da minha base ativista, tanto as do movimento de mulheres com deficiência quanto as do movimento LGBT¹⁶. Especialmente entre as delegadas integrantes do movimento de mulheres com deficiência, vivenciei alguns momentos de “saia justa” (BONETTI & FLEISCHER, 2007b), porque uma delas pediu a minha participação direta, claramente como ativista, em duas manifestações políticas. A primeira na manifestação das “Mulheres Defis Vadias”¹⁷, denominação dada em alusão à Marcha das Vadias,

14 FLOR de Pessegueiro. Direção: Ângela Bastos. Produção: Juraci Perboni. Florianópolis: Funcine (2005). Documentário em DVD (26 min), colorido.

15 Logo após a minha entrada nas Ciências Sociais, meu momento para este tema tem sido o de me posicionar desde um outro lugar, a de alguém que hoje é capaz de perceber com muito mais complexidade o fenômeno da violência de gênero. Por outro lado, sei também que por mais que eu faça um esforço para separar esses papéis, na verdade, eles se entrelaçam, ganhando em cada momento um peso distinto, sem precisar recorrer a detalhes do processo, dizer apenas a essência do que tem que ser considerado na análise do fenômeno, exatamente para que prevalecessem minhas escolhas teórico-metodológicas.

16 Vale mencionar também a minha condição de conselheira titular do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNCD-LGBT), representando a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) até março de 2013.

17 Devido ao ínfimo número de delegadas com deficiência presentes naquele momento, a manifestação acabou não se concretizando.

protestando contra todas as formas de violência sexista e a segunda foi a demanda de meu apoio aos protestos referentes à falta de acessibilidade física nos quartos dos hotéis para mulheres com deficiência física e de acessibilidade à comunicação e à informação para mulheres com deficiência sensorial no próprio espaço físico da conferência nacional de políticas para mulheres. É sobre este último ponto, a luta pela acessibilidade como pauta do movimento de mulheres com deficiência, que reflito a seguir.

Acessibilidade: demanda política e contribuição teórica

A pauta da acessibilidade na III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (III-CNPM) mostrou-se de grande importância por duas razões: tanto pela própria condição de mulher surda da pesquisadora, mas também pela necessidade como pesquisadora de se ter as condições mínimas de acessibilidade comunicacional para observar as conferências, em igualdade de condições com as/os demais colegas sem deficiência.

Esse aspecto, a acessibilidade, foi uma das principais diferenças notadas entre o desempenho em observar, como pesquisadora, a III-CNPM e em atuar como delegada/militante na II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT (II-CNPLGBT)¹⁸, posto que nesta última havia à disposição todo um apoio humano e logístico para que pessoas com deficiência auditiva pudessem acompanhar todas as mesas e debates da II-CNPLGBT, inclusive com legenda em tempo real¹⁹. Muito provavel-

18 A abertura da II-CNPLGBT ocorreu no dia do encerramento da III-CNPM, portanto ambas as conferências aconteceram praticamente na mesma semana de dezembro de 2011, em Brasília/DF.

19 Acompanhei todos os debates e votações da plenária no auditório principal por meio da transcrição eletrônica da fala em tempo real, projetada em uma televisão de cerca de 40 polegadas. Para essa finalidade, é usada a estenotipia, uma técnica de digitação bastante superior à datilografia e taquigrafia. O profissional estenotipista transcreve audiências, debates, palestras, etc., para o formato de texto escrito/digitalizado com a mesma velocidade em que é falado, e simultaneamente. Para

mente também a posição hierárquica no interior do movimento, ligada à representação enquanto conselheira titular do Conselho Nacional LGBT explica em parte essa diferença de tratamento em relação aos recursos de acessibilidade disponíveis nas duas conferências nacionais²⁰.

Junto com essa diferença nas condições de acessibilidade das duas conferências, pude fazer uma reflexão concreta sobre este duplo papel de teórica e militante, em relação à forma como propus e defendi na plenária a incorporação da palavra *capacitismo* nos documentos finais da III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres e da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT. *Capacitismo* é um neologismo para se referir ao preconceito contra as pessoas com deficiência (Pereira, 2008).

Na III-CNPM, em uma espécie de “observação participante ativa”, observei e acompanhei o tempo todo lá na frente do auditório uma colega de ativismo no movimento de mulheres com deficiência, aguardando seu momento de se manifestar em relação à proposta nº 71 do bloco 3, referente à autonomia cultural das mulheres, que transcrevo na íntegra: “Promover a formação inicial e continuada de gestores/as, servidores/as públicos e profissionais da educação dos diversos níveis de ensino para uma educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-lesbofóbica e não-transfóbica (LDB 9.394/96 e Eixo 9 do II PNPM), garantindo recursos do Plano Pluri Anual 2012-2015”. Dada a palavra, ela fez o pedido para que se incluísse depois da palavra *não-racista* a expressão *não-capacitista*, que vem de *capacitismo*. A proposta foi apoiada por algumas lésbicas que foram para a frente da plenária, em apoio à sua intervenção,

esse procedimento é usado o estenótipo, um teclado especial com 24 teclas, podendo todas essas teclas serem batidas ao mesmo tempo, oferecendo uma infinidade de combinações, ao contrário de um computador ou de uma máquina de escrever nos quais se tecla letra por letra.

20 O pedido por acessibilidade comunicacional na II-CNPLGBT tinha sido reforçado também por mim durante minha participação em uma das reuniões do CNCD-LGBT no ano de 2011.

mas a introdução da categoria capacitismo não foi aceita e incorporada no documento da conferência.

Analisando as razões dessa resistência à incorporação da palavra *capacitismo*, observei a intervenção de uma representante da área da deficiência do governo federal que manifestou discordância com esse termo, justificando que a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* já comportava a questão da discriminação contra as pessoas com deficiência. Fui então chamada ao debate em privado, já sem distinção entre minhas duas posições de pesquisadora e militante e expliquei que apoiava a proposta da colega, afirmando que se trata apenas de uma tentativa de visibilizar com esse termo a existência de uma forma de opressão contra as pessoas com deficiência. Disse-lhe que compreendia por que toda palavra nova e “fora de moda” primeiro costuma trazer resistências, inclusive às pessoas de um mesmo movimento ou segmento. Notei a resistência da gestora jurista sem uma “consciência feminista” para entender a intenção política do termo e percebi que mesmo sem querer a condição de pesquisadora estava acoplada, ainda que implicitamente, a uma intenção militante, uma vez que ajudava a visibilizar, por meio da pesquisa etnográfica, um grupo silenciado (CARVALHO, 2002) que, não por “coincidência”, a própria pesquisadora faz parte. De outro lado, na II-CNPLGBT, já sem o peso do compromisso ético de meu papel de pesquisadora, atuando “livremente” na condição de delegada, consegui que aprovassem a inclusão da palavra *capacitismo* nas diretrizes de pelo menos quatro eixos (Eixo do Enfrentamento ao Racismo, Sexismo e Homo/Lesbo/Transfobia, Eixo da Saúde, Eixo do Orçamento e Eixo do Esporte), tendo ainda a oportunidade de defender a proposta na plenária final com minha última palavra, haja vista que pediram uma “questão de esclarecimento”, no sentido de explicar o significado de *capacitismo*.

Políticas públicas para mulheres com deficiência

De modo geral, constatamos que a questão de gênero não é considerada um tema prioritário nas discussões dos movimentos sociais da deficiência. Do mesmo modo, nas pautas feministas e nas políticas governamentais para mulheres, o recorte da deficiência se encontra em processo de construção, estando ou praticamente ausente ou sendo mencionada apenas pontualmente na maior parte das vezes, sem a necessária discussão e aprofundamento que esse tema exige. No final de novembro de 2012 houve uma reunião em Brasília, a convite da Secretaria de Políticas para Mulheres, com o objetivo de discutir as principais lacunas de ações, avanços e desafios na implementação das políticas públicas para mulheres com deficiência no Brasil, além de definir uma proposta de “roda de conversa” sobre temas pertinentes às mulheres com deficiência para a programação da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em Brasília, entre os dias 03 a 06 de dezembro de 2012. Todo esse cenário político apontado reflete um panorama que é próprio dos movimentos sociais da deficiência, onde a “consciência feminista” está bastante ausente e, conseqüentemente, contribui para o tímido avanço desse debate nos espaços feministas, no sentido de conscientizar as feministas de que a dimensão da deficiência é importante e diz respeito a todas as pessoas e não somente a quem possui uma deficiência. É, portanto, nesse contexto que constatamos que a intervenção enquanto pesquisadora feminista com deficiência se fazia necessária nos dois sentidos, tanto para o campo feminista quanto para o da deficiência. Nesse sentido, foi também com a intenção de legitimar as pautas e demandas das mulheres com deficiência por políticas públicas de gênero que Anahi usou sua condição de mulher com deficiência e seu referencial militante para antecipar os referenciais teóricos sobre questões da deficiência por meio da produção escrita, junto com seu co-orientador de mestrado, do artigo “Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas” (MELLO & NUERNBERG, 2012), cuja principal originalidade está na compo-

ção em língua portuguesa da peça de revisão da literatura nacional e internacional acerca do debate feminista sobre a deficiência. Esse trabalho intelectual se configura também em uma “forma de ativismo” (HOOKS, 1995) e é a primeira e definitiva tentativa de suprir essa lacuna, tanto para o campo político do segmento da deficiência quanto para os estudos feministas e de gênero, posto que o que está em jogo é a ausência de um mergulho mais significativo sobre os fundamentos epistemológicos do campo dos estudos sobre deficiência, em especial em sua vertente feminista. Como Mello e Nuernberg (2012) argumentam, tais fundamentos remetem a noções bastante centrais em torno da corporalidade, da interdependência e da transversalidade e interseccionalidade da deficiência, nem sempre pensadas em suas tensões e implicações teóricas e metodológicas no campo dos estudos feministas e de gênero.

No que tange às políticas públicas para mulheres com deficiência constatou-se a invisibilidade das mulheres com deficiência no Plano Pluri Anual (PPA) fornecido na 3ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres²¹. Nesse material são listadas as prioridades de ação governamental e os programas a serem executados por vários ministérios e secretarias, com seus objetivos e metas destacados. Em nossa análise, constatou-se a pouca referência a programas da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) em diálogo com a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). Por exemplo, a questão da deficiência e trabalho aparece no item “Programa: 2071 – Trabalho, Emprego e Renda”, “objetivo 0287” (sem citação de página), quando faz referência a vários públicos-alvo das metas desse objetivo, dentre eles os “afrodescendentes, mulheres, jovens e **pessoas com deficiência**”, sem a citação específica “mulheres com deficiência”. Ao analisar com mais cuidado esse material e o anexo I do PPA 2012-2015, mais amplo e disponível no site

21 Ocorrido em Brasília nos dias 12 a 15 de dezembro de 2012, sob o título de “Plano Brasil - PPA 2012-2015: agendas transversais de políticas para mulheres”.

do Ministério do Planejamento, observa-se que na parte referente às políticas para mulheres, no caso o “Programa: 2016 – Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia”, há somente duas referências a mulheres com deficiência: 1) o “objetivo 0932”, que trata de “Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as **identidades e especificidades** vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de **mulheres com deficiência**”, onde dentre as metas desse objetivo está o de “Criar grupo de trabalho interministerial visando a formular políticas de adequação dos equipamentos utilizados no âmbito do SUS para o atendimento de **mulheres com deficiência** e levantamento de demais necessidades”; e 2) o “objetivo 049S”, ao reportar a “Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil”, em que uma das metas é a “capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do Direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, assegurando as **especificidades** geracionais, de orientação sexual, de **pessoas com deficiência**, de raça e etnia e das mulheres do campo e da floresta”.

Errâncias Finais

Para finalizar retomamos a reflexão inicial sobre o papel do engajamento e da militância quando se pesquisa movimentos sociais dos quais se é integrante, seja organicamente como liderança, seja como apoio estratégico quando se opta pela posição de distanciamento do objeto estudado.

Teoria e militância: poder de perícia e poder referente

Para refletir sobre a articulação entre pesquisar e militar distinguimos dois estilos de liderança, já levantados por Mello (2012): *poder de perícia* (uso do conhecimento teórico na ação militante) e *poder referente* (ser referência pela experiência militante para os outros). Cada um deles, à sua maneira, coloca o/a pesquisador/a em um tipo particular de relação com suas/seus interlocutoras/es em situações de ação política.

Nas pesquisas citadas de Anahi, observamos que havia uma diferença na forma em que era reconhecida e demandada em cada uma das conferências. Nas conferências de políticas para mulheres havia um reconhecimento de Anahi como ativista importante e ela foi seguidamente interpelada para aparecer em fotografias, o que era uma das delegadas registrarem ter conhecido “pessoas importantes” e assim se legitimarem em suas respectivas lideranças. Tratava-se, sem dúvida, de uma estratégia de reafirmar ou produzir uma identidade coletiva com os movimentos que a pesquisadora representava aos olhos delas. Aproximar-se da pesquisadora nessa circunstância significava solidarizar-se com as diferentes posições de sujeito que ela corporificava naquele momento, como mulher com deficiência que era conhecida por seu depoimento em um documentário sobre violências contra mulheres e abusos infanto-juvenis.

Felipe, por sua vasta experiência enquanto militante, também foi seguidamente demandado por ONGs e redes nacionais LGBTTTT para produzir documentos e fazer circular informações sobre as articulações internacionais do movimento contra a homofobia, dado seu reconhecimento como liderança no campo LGBTTTT fruto de sua militância juvenil no CELLOS de Belo Horizonte e participação em projeto de *advocacy* de luta pelo reconhecimento dos direitos LGBTTT junto ao congresso nacional. Em seu caso, esse

reconhecimento permitiu, por exemplo, a produção de um vídeo sobre homofobia, lesbofobia e transfobia durante a I Conferência Nacional LGBT (2008), pois as/os militantes filmadas/os “confiavam” nele por sua dupla posição pesquisador/ativista.

Há, portanto, um capital simbólico envolvido nesse reconhecimento social do/a pesquisador/a que também tem passagem significativa pela militância. Alonso (2009), por exemplo, afirma que dentro do contexto dos movimentos sociais, a identidade coletiva é negociada, “ela é um processo, sujeita continuamente à redefinição, conforme as negociações entre os agentes. Ela envolve uma operação racional, mas a decisão do engajamento não se limita a um cálculo custo/benefício, é também produto de um **“reconhecimento emocional”** [grifo nosso]” (*ibidem*: 66), igualmente marcado pela reciprocidade. Acreditamos que é justamente o uso conjunto ou alternado desses dois tipos de poder, de perícia e de referência, que são ativados em espaços onde estão em jogo representações e articulações políticas, como foi o caso das conferências nacionais das mulheres e LGBTTTT, o que explica esse reconhecimento social frente à “dupla posição” e identidades políticas de Anahi e Felipe.

Anahi relata diferentes momentos de “saia justa” (BONETTI & FLEISCHER, 2007b) que viveu nesse campo. Momentos onde suas múltiplas identidades políticas e reconhecimentos sociais - ser mulher, surda e lésbica - eram interpeladas, provocando-lhe intensos deslocamentos etnográficos.

No mesmo sentido, o engajamento de várias/os pesquisadoras/es do NIGS na campanha eleitoral para a prefeitura de Florianópolis foi exemplar de como o poder de perícia e de referência são demandados em situações de embate político. Engajadas/os na campanha da candidata mulher Ângela Albino, a equipe contribuiu sistematicamente na produção discursiva feminista da campanha que tinha no respeito às diferenças de gênero e de diversidade sexual um de seus diferenciais políticos. Miriam Grossi pôde contribuir com a campanha política à prefeitura graças aos re-

sultados de anos de pesquisa a respeito das mulheres na política no qual havia percebido o quanto as imagens tradicionais de gênero eram operadores simbólicos chaves no sucesso ou fracasso de campanhas de mulheres. Duplamente envolvida, pelos dois tipos de poder que articulam saber acadêmico e envolvimento ideológico com o projeto feminista de governo, a equipe atuou também como referência política para segmentos sociais, como as classes médias vinculadas à UFSC, pouco engajadas na perspectiva feminista. Foi também desse lugar de militância/observação que a equipe pôde elaborar teoricamente como no caso dessa campanha política, o “excesso de gênero” parece ter sido um divisor de águas no campo das esquerdas em Florianópolis, revelando preconceitos e visões de mundo marcadas por discursos tradicionais.

De forma um pouco diferente e mais solitária, Felipe, já fora da pesquisa de campo sobre as políticas públicas contra a homofobia, viu-se interpelado por situações políticas, como o momento em que o novo prefeito de Florianópolis foi anunciado em outubro de 2012, onde o poder de referência lhe exigiu rápida intervenção na cobrança de compromisso com o Plano Municipal de Políticas LGBT aprovado na gestão anterior da prefeitura.

Observamos que nessas situações, onde pesquisadoras/es produzem agência no campo político através de seu duplo reconhecimento, como pesquisadoras/es sobre o campo teórico no qual se dá o embate político e como militantes no qual fazem parte e intervêm no feixe de relações sociais de produção das decisões políticas, o reconhecimento da condição de militante potencializa a capacidade de perceber os reflexos desse duplo pertencimento em campo, produzindo importantes dados etnográficos para embasar a construção de novos campos teóricos, seja na produção de “teoria feminista da deficiência”, da “teoria queer brasileira” ou da “antropologia política engajada” que abordaremos a seguir.

Teoria antropológica e reciprocidade

Para nós três, o contato com a Antropologia permitiu um deslocamento na visão de mundo, em que de uma posição “militante” na qual nossas experiências individuais marcavam as ações executadas, passamos a operar a partir de uma posição “acadêmica” na qual a pesquisa e o conhecimento passaram a informar teoricamente nossas ações que visam a transformação social, seguindo o modelo de uma “antropologia engajada” (CUNHA, 2009)²².

É, portanto, a partir da formação no campo da Antropologia em suas dimensões éticas do trabalho de campo (GROSSI, 1992) que passamos a investir mais fortemente em ações de reflexão teórica sobre experiências de pesquisa e de extensão universitária em que o saber acumulado em nossas pesquisas, nas de colegas e de professoras/es, passou a contribuir na elaboração e desenho de projetos de pesquisas coletivas, como os projetos realizados para o Ministério da Saúde em 2007-2008 sobre *Representações de Professoras sobre Iniciação Sexual e Homossexualidade nas Escolas de Santa Catarina*, para o PROSARE/CEBRAB, sobre *Ensino Religioso e Gênero em Santa Catarina* e de acompanhamento da preparação da III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (GROSSI & FERNANDES, 2012), que foi objeto de nossa reflexão neste artigo.

As pesquisas que realizamos nos fizeram repensar como o engajamento militante pode ser também uma forma de reciprocidade com os grupos estudados, posto que, como ensina Luís Roberto Cardoso de Oliveira, “o trabalho do antropólogo envolve sempre uma relação de interlocução” (2010: 30). Para o autor, as premissas éticas da Antropologia implicam em reciprocidade e dádiva, através de três compromissos ou responsabilidades que os/as antropólogos/as devem assumir: o compromisso com a verdade e a produção de

22 Nesse deslocamento, a experiência de orientação de Anahi e Felipe pela antropóloga Miriam Pillar Grossi foi fundamental na desconstrução de suas identidades ativistas, contribuindo para inseri-los no *ethos* acadêmico do campo antropológico, em uma perspectiva engajada.

conhecimento antropológico, seguindo os critérios de validade científica compartilhados entre seus pares; o compromisso ético, moral e político perante seus/suas sujeitos/as da pesquisa, informando-lhes sobre sua condição de pesquisador/a e os objetivos e formas de abordagem da pesquisa, sempre respeitando suas prá-

ticas culturais, sua privacidade e o livre consentimento em participar ou não da pesquisa; e o compromisso com a sociedade e a cidadania, principalmente ao retribuir os/as seus/suas sujeitos/as de pesquisa por meio da divulgação e publicação dos resultados da pesquisa.

Referências

ABA (2012). *Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga*. In.: Associação Brasileira de Antropolo-

gia. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/?code=3.1>> Acesso em: 30 mar. 2013.

<http://www.cepal.org/mujer/reuniones/quito/Lourdes_Bandeira.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

ALONSO, Angela. (2009). “As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86.

BARSTED, Leila L. (2008). “As relações da Revista Estudos Feministas com os movimentos de mulheres”. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, p. 97-103, jan./abr.

BLAY, Eva Alterman. (2003). “Violência contra a mulher e políticas públicas”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, set./dez.

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. (Orgs.). (2007a) *Entre Pesquisar e Militar: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas*. Brasília: CFEMEA, 2007a.

BRASIL. (2010). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. (Orgs.). (2007b) *Entre Saias Justas e Jogos de Cintura*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

BRASIL. (2011). *Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT*. Brasília: Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT/Secretaria de Direitos Humanos.

BOURDIEU, Pierre. (2001). “O Capital Social: notas provisórias”. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes. p. 65-69.

BANDEIRA, Lourdes. (2009). “Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006”. *Sociedade e Estado*, v. 24, n. 2, p. 401-438, mai./ago.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. (2010). “A Antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas”. In.: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice. (Orgs.). *Ética e Regulamentação na Pesquisa Antropológica*. Brasília: LetrasLivres, Ed. UnB. p. 25-38.

BANDEIRA, Lourdes. (2005). “Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas”. In.: Reunión de Expertos “Políticas y programas de superación de la pobreza desde la perspectiva de la gobernabilidad democrática y el género”, Quito, Equador. *Anais eletrônicos...* Brasília: CEPAL/SPM. Disponível em:

CARVALHO, José Jorge. (2002). “Poder e Silenciamento na Representação Etnográfica”. *Revista Série Antropologia*, n. 316. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB.

COELHO DOS SANTOS, Silvio. (1998). “Notas sobre Ética e Ciência.” In: LEITE, Ilka B. (Org.). *Ética*

- e Estética na Antropologia*. Florianópolis: PPGAS/UFSC. p. 83-88.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (Eds.). (1986). *Writing Culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press.
- CUNHA, Manuela C. (2009). *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosacnaify.
- DaMATTA, Roberto. (1978). “O ofício de etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In.: NUNES, Edson O. (Org.). *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. p. 23-35.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (2004). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol I. São Paulo: Editora 34. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa.
- DINIZ, Debora. (2003). “Modelo Social da Deficiência: a crítica feminista”. *SérieAnis* 28, p.1-8.
- FERRI, Beth A.; GREGG, Noel. (1998). “Women with disabilities: missing voices”. *Women’s Studies International Forum*, v. 21, n. 4, p. 429-439.
- FERNANDES, Felipe Bruno M. (2007). *Muito prazer, sou Cellos, sou de luta: a produção da identidade ativista homossexual*. 153 p. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/MG.
- FERNANDES, Felipe Bruno M. (2009). ““Encontros tudo a ver” - Reflexo dos grupos de consciência do Feminismo de Segunda Onda na produção do sujeito político do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS/MG)”. *Desigualdade & Diversidade*, v. 1, n. 4, p. 33-45, jan./jun.
- FERNANDES, Felipe Bruno M. (2011). *A Agenda Anti-homofobia na Educação Brasileira (2003-2010)*. 422 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis/SC.
- FLAX, Jane. (1991) “Pós-modernismo e Relações de Gênero”. In.: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Pós-Modernidade e Política*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco. p. 217- 250.
- FONSECA, Claudia. (2010). “Que ética? Que ciência? Que sociedade?”. In.: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice. (Orgs). *Ética e Regulamentação na Pesquisa Antropológica*. Brasília: LetrasLivres, Ed. UnB. p. 39-70.
- GARLAND-THOMSON, Rosemarie. (2002). “Integrating Disability, Transforming Feminist Theory”. *NWSA Journal*, v. 14, n. 3, p. 1-32.
- GEERTZ, Clifford. (1989). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- GIDDENS, Anthony. (1991). *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp. Tradução de Raul Fiker.
- GROSSI, Miriam P.; MIGUEL, Sônia M. (2001). “Transformando a diferença: as mulheres na política”. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 167-206.
- GROSSI, Miriam P.; MINELLA, Luzinete S.; LOSSO, Juliana C. M. (2006). *Gênero e Violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)*. Florianópolis: Editora Mulheres.
- GROSSI, Miriam P.; FERNANDES, Felipe B. M. (Orgs.). (2012). *Um estudo Interdisciplinar sobre o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: relatório técnico*. Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (UFSC)/Secretaria de Políticas para as Mulheres (Presidência da República).
- GROSSI, Miriam P. (1992). “Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”: repensando o trabalho

de campo a partir da subjetividade do(a) antropólogo(a)”. In: GROSSI, M. P. (Org.). *Trabalho de Campo e Subjetividade*. Florianópolis: PPGAS/UFSC. p.07-18.

GROSSI, Miriam P. (1998). “Identidade de Gênero e Sexualidade”. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, n. 24, p. 1-17.

GROSSI, Miriam P. (2004). “A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. Especial, p. 211-221, set./dez.

HARAWAY, Donna. (1995) “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 07-41.

HOOKS, Bell.(1995). “Intelectuais Negras”. *Revista Estudos Feministas*, n. 2. p. 464- 478.

LARAIA, Roque B. (1998). “Ética e Antropologia”. In.: LEITE, Ilka B. (Org.). *Ética e Estética na Antropologia*. Florianópolis: PPGAS/UFSC. p. 89-98.

LINO, Tayane R.; FREITAS, Rafaela V.; Amaral, Jane G.; Oliveira, Jane B. (2011). “O movimento de travestis e transexuais: construindo o passado e tecendo presentes”. In.: Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2, Salvador. *Anais...* Salvador: Seminário Enlaçando Sexualidades.

LÓPEZ GONZÁLEZ, María. (2007). “Discapacidad y Género: estudio etnográfico sobre mujeres discapacitadas”. In.: *Educación y Diversidad*, Anuario Internacional de Investigación sobre Discapacidad e Interculturalidad. Madrid: Mira Editores. p. 137-171.

MAPURUNGA, Alexandre; REICHER, Stella C. ; HORTA, Mariana; NICOLLAU, Stella M.; ARAÚJO, Maria Auxiliadora B.; CERTEZA, Leandra M.; DIAS, Adriana; FERREIRA, Windyz B. ; MELLO, Anahi G. ; QUEIROZ, Adenize. (2012). *Joint submission of Brazilian, Latin American and Global Organizations of Persons with Disabilities to the CEDAW - Committee*

on the seventh state report on the implementation of the CEDAW in Brazil.

MARCUS, George E. (1994). “O que Vem (logo) Depois do “Pós”: o caso da etnografia”. *Revista de Antropologia*. São Paulo/USP, vol. 37, p. 7-34.

MAUSS, Marcel. (2003). “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In.: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify. p. 185-314.

MELLO, Anahi G. (2008). “Artigo 21: liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação.” In: RESENDE, Ana Paula C.; VITAL, Flávia Maria P. (Orgs.). *A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), 2008, v. 1, p. 77-79.

MELLO, Anahi G. (2009). *Por uma Abordagem Antropológica da Deficiência: pessoa, corpo e subjetividade*. 85 p. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis/SC.

MELLO, Anahi G. (2012). “Reflexões acerca da inserção em campo e militante nas conferências de políticas para mulheres e LGBT”. In.: Reunião Brasileira de Antropologia, 28, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: RBA. Disponível em: < http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_28_RBA/programacao/grupos_trabalho/artigos/gt42/Anahi%20Guedes%20de%20Mello.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

MELLO, Anahi G.; NUERNBERG, Adriano H. (2012). “Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas”. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 3, p. 635-655.

MENEZES BASTOS, Rafael J. (1998). “Antropologia como crítica cultural e como crítica a esta: dois momentos extremos de exercício da ética antropológica (entre índios e ilhéus)”. In.: LEITE, Ilka B. (Org.). *Ética*

e *Estética na Antropologia*. Florianópolis: PPGAS/UFSC. p. 99-115.

OLIVEIRA, João P. (2004). “Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal estar na antropologia”. In.: LANGDON, Esther J.; GARNELO, Luíza (Orgs.). *Saúde dos Povos Indígenas: reflexões sobre uma antropologia participativa*. Rio de Janeiro: Contra Capa, Associação Brasileira de Antropologia. p. 09-34.

ORTNER, Sherry. (2007). “Poder e Projetos: reflexões sobre a agência.” In.: GROSSI, Miriam P.; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter H. (Orgs.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra; Associação Brasileira de Antropologia. p. 45-80.

PEDRO, Joana M. (2005). “Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância”. *História Unisinos*, São Leopoldo/RS, v. 9, n. 3, p. 170-176.

PEDRO, Joana M. (2008a). “Militância feminista e academia: sobrevivência e trabalho voluntário”. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, p. 87-95, jan./abr.

PEDRO, Joana M. (2008b). “Uma nova imagem de si: identidades em construção”. In.: RAMOS, Alcides F.; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra J. (Orgs.). *Imagens na História: objetos de História Cultural*. São Paulo: Hucitec. p. 415-429.

PEREIRA, Ana Maria B. A. (2008). *Viagem ao Interior da Sombra: deficiência, doença crônica e invisibilidade numa sociedade capacitista*. Dissertação. 255 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

PFEIFFER, David. (2002). “The Philosophical Foundations of Disability Studies”. *Disability Studies Quarterly*, v. 22, n. 2, p. 3-23.

PONTES, Heloísa. (1993). “Inventário sob forma de fichário. Paixão e Compaixão: militância e objetivida-

de na pesquisa antropológica”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 36, p. 123-135.

RESENDE, Ana Paula C.; RESENDE, Marineia C. (2010). “As tecnologias de informação e comunicação (TIC) como suporte à vivência da sexualidade”. In.: *I Seminário Nacional de Saúde: direitos sexuais e reprodutivos e pessoas com deficiência*. Brasília: Ministério da Saúde. p. 137-145.

SELEM, Maria Célia O. (2007). *A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica*. 195 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília/DF.

SILVA, Martinho B. B. (2007). “Reflexividade e Implacação de um “Pesquisador-Nativo” no Campo da Saúde Mental: sobre o dilema de pesquisar os próprios “colegas de trabalho””. *Campos*, v. 8, n. 2, p. 99-115.

UZIEL, Anna Paula. (2006). “Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 203-227, jul./dez.

VELHO, Gilberto. (1978). “Observando o familiar”. In.: NUNES, Edson O. (Org.). *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. p. 36-46.

VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben G.; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari P. (Orgs.). (2004). *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF.

WOLFF, Cristina S. (2008). “Estudos feministas e movimentos sociais: desafios de uma militância acadêmica em forma de revista”. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, p. 81-86, jan./abr.

Recebido em: 15/04/2013

Aceito em: 15/05/2013